

A Universidade Pública em Três Lagoas/MS e as titubeações do campo histórico (1970-1990)

Tiago Alinor Hoissa Benfica¹

RESUMO: Este artigo apresenta breve história da criação da Universidade Pública em Três Lagoas, vinculada aos projetos de desenvolvimento econômico do governo do estado de Mato Grosso e incentivada pelo governo militar. A criação da Universidade assentou-se no argumento de que ela seria elemento de modernização econômica e propiciaria “elevação cultural” para os mato-grossenses da região, uma vez que os agentes da Instituição buscavam livrar a cidade do “estigma do atraso”. O Centro Pedagógico de Três Lagoas/CPL se diferenciou das demais Unidades da Universidade Estadual de Mato Grosso/UEMT pelo regime de trabalho estabelecido que remunerava o professor por hora aula. Esse fato acabou por entrar em conflito com possíveis iniciativas de ampliação institucional. Após situar a criação da Universidade, o texto aborda flutuações do campo histórico em Três Lagoas, fruto dos movimentos de institucionalização desse campo e da própria Universidade no sul do antigo Mato Grosso e das implicações das políticas públicas para a educação, sobretudo as implantadas na década de 1970. O curso de História do CPL, inicialmente marcado pela improvisação de professores e disciplinas, estabiliza-se ao longo da década de 1970 e expande seu espaço institucional na década de 1980, estimulado pela política de capacitação docente, após a criação do estado de Mato Grosso do Sul, que trouxe a federalização da Universidade, ou seja, a transformação da UEMT em UFMS. O trabalho apresenta um variado leque de fontes e é parte de um projeto de doutorado em andamento.

Palavras-chave: Centro Pedagógico de Três Lagoas; curso de História; história do ensino superior.

The Public University in Três Lagoas/MS and hesitations of the historical field (1970-1990)

ABSTRACT: This article presents a brief history of the creation of the Public University in Três Lagoas, linked to projects development economic projects of the state government of Mato Grosso and encouraged by the military government. The creation of the University sat in that it would be part of economic modernization argument and propitiate "cultural elevation" to the Mato Grosso region, since the agents of the Institution sought to rid the city of the "stigma of backwardness". The Centro Pedagógico de Três Lagoas/CPL was differed from other Units of the Universidade Estadual de Mato Grosso/UEMT the labor regime established that the teacher remunerated per hour lesson. This fact prevented possible initiatives for institutional expansion. After situating the creation of the University, the text discusses the historical field fluctuations in Três Lagoas, product of the movement of institutionalization of this field and the University itself in southern of Mato Grosso ancient, and the implications of public policies for education, especially those deployed in the 1970s. The course History of CPL was initially marked by improvisation of teachers

¹ Doutorando em História pela UFGD. Bolsista CAPES.

and disciplines, it stabilizes throughout the 1970s and expands its institutional space in the 1980s, stimulated by the teacher training policy, after creation of the State of Mato Grosso do Sul, who brought the University federalization, in other words, transformation the UEMT in the UFMS. The paper presents a variety of sources and is part of a PhD project in progress.

Keywords: Centro Pedagógico de Três Lagoas; History course; history of higher teaching.

A criação de uma escola de ensino superior em Três Lagoas², estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, foi realizada durante o governo militar, no contexto de expansão do sistema público de ensino, associado ao ideal desenvolvimentista operado no estado de Mato Grosso. Na segunda metade da década de 1960, diversas leis estaduais abriram caminho para a ampliação do ensino superior em Cuiabá e em Campo Grande e para a criação de Instituições em Corumbá, Três Lagoas e Dourados (DORILEO, 2005; ROSA, 1993; MAYMONE, 1989).

No sul do antigo Mato Grosso, o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá – ISPC – começou a funcionar em 1968 e, no mesmo ano, foi assinada a Lei 2.881, de 29 de novembro de 1968, que criava a escola de ensino superior em Três Lagoas, denominada Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas – ICHL. Antes da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso/UEMT e da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT³, as escolas de ensino superior receberam a denominação de Faculdades ou de Institutos.

A UEMT foi gestada para ser *multicampi* na porção sul do antigo Estado de Mato Grosso, a partir da promulgação da Lei nº 2.972, 02 de janeiro de 1970, que promove a

[...] reestruturação e as diretrizes do ensino superior do Estado de Mato Grosso, criando na Secretaria de Educação e Cultura, a Diretoria de Ensino Superior, com a finalidade de centralizar a ação do Governo Estadual em matéria de ensino superior, com os objetivos definidos (ROSA, 1993, p. 63).

A Lei referida criava os Centros Pedagógicos da UEMT, congregava o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande e incorporava o Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas e o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá à UEMT. Ainda no

² Atualmente *Campus* de Três Lagoas – CPTL/UFMS –, denominação recebida no final da década de 1990.

³ A Universidade Federal de Mato Grosso foi projetada para ser *unicampus* e foi construída com verbas do governo estadual. Após a divisão do Estado, o Centro Pedagógico de Rondonópolis – que foi criado como Unidade integrante à UEMT, em 1976 - passa a ser unidade da UFMT e esta Universidade se torna *multicampi*.

ano de 1970, fruto de acordos políticos, foi criado o Centro Pedagógico de Aquidauana. Em 1971, a UEMT desenvolvia atividades em Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Dourados e Aquidauana. Fora de Campo Grande, as unidades da UEMT eram chamadas Centros Pedagógicos, denominação que se altera com a criação do estado de Mato Grosso do Sul e com o processo de federalização da Universidade, iniciado em 1978 – as referidas unidades passam a ser chamadas Centros Universitários.

Em Três Lagoas, problemas administrativos dificultaram o deslançar das atividades do Instituto e o projeto da escola de ensino superior torna-se viável após a incorporação do Instituto à UEMT, por meio da Lei Estadual 2.972/70,⁴ sob a denominação de Centro Pedagógico de Três Lagoas. É importante frisar que a autorização de funcionamento do CPL, obtida no início do ano de 1970, resultou de esforços de negociações realizadas em anos anteriores.

No Estado de Mato Grosso, as Universidades foram concebidas pelos partidários do governador Pedro Pedrossian como instrumento de desenvolvimento regional e instituídas no bojo das medidas políticas modernizadoras, representadas como “farol a expulsar as trevas do subdesenvolvimento, que só será eliminado à medida em que a educação atingir a todas as camadas populares” (MATO GROSSO, 1971, p. 11). Tanto a UEMT quanto a UFMT tinham o papel de cessar o fluxo migratório da juventude, ou melhor, daqueles que podiam buscar em outros estados do País oportunidades para prosseguir os estudos.

No final do governo Pedrossian, o Estado de Mato Grosso expunha com orgulho a aplicação de mais de 30% de sua receita em educação. A dimensão simbólica do campo educacional foi representada na obra comemorativa *Mato Grosso, um salto no tempo*, na mesma proporção das despesas financeiras. Foram utilizadas 28 das 88 páginas da obra às realizações empreendidas no setor educacional, ou seja, 31,8% do espaço foi dedicado a divulgar os empreendimentos no setor educacional do Governo Estadual (MATO GROSSO, 1971).

Os projetos educacionais para a expansão do ensino superior tinham como meta acelerar o desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso. O desenvolvimento social e, talvez, o cultural, foram pensados como consequência do progresso econômico. Para esse fim, apontava-se a necessidade de uma base educacional para o

⁴ Parecer nº 02/70. Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, 29 de janeiro de 1970.

desenvolvimento técnico científico, de profissionais com *know-how* para participarem diretamente do crescimento econômico e de outros profissionais que atuassem indiretamente naquele projeto de sociedade.

Nesse ponto, encontra-se o papel dos *campi* implantados no interior do Estado, onde foram criados ou cursos de História, ou de Estudos Sociais para a formação de professores. Embora as atividades na rede escolar não interferissem diretamente na economia local, os Centros Pedagógicos, para o Estado, tinham papel importante no projeto de formação dos cidadãos, na promoção do “desenvolvimento cultural” do Estado, mas, sobretudo, objetivavam garantir a existência de um quadro de professores para formar alunos nas escolas primárias e secundárias e preparar o campo educacional para a implantação de cursos economicamente mais rentáveis, como os das áreas de engenharia e da saúde, áreas que ofereciam melhor remuneração pelo mercado de trabalho e eram consideradas “áreas industriosas”.

Essas políticas, empreendidas durante o período da ditadura militar, precisam ser observadas como elementos utilizados na consolidação de um projeto do Estado nacional, nas quais Mato Grosso se encaixava. Dessa forma, integrar Mato Grosso ao corpo da nação significava desenvolver suas potencialidades econômicas. Os estímulos ao setor educacional foram meios utilizados para projetos modernizadores da economia e para fortalecer uma identidade regional; para os agentes da Instituição, tratava-se de elevar o “nível cultural” da população.

Na revista *Brasil Universitário*, as ações para a criação da escola de ensino superior em Três Lagoas foram vinculadas aos interesses do governador de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, que acionou os partidários locais. Segundo o professor Alcides Falleiros (ENTREVISTA, 2013), o Pe. Jair Gonçalves, primeiro diretor do CPL, foi escolhido por políticos locais para viabilizar a estrutura mínima necessária ao funcionamento da escola de ensino superior, inclusive para arregimentar os primeiros professores. Naquele contexto, o interesse do governo estadual em investir na política educacional em Três Lagoas teria sido uma tentativa de “regionalizar” a sociedade três-lagoense, pois as atividades da cidade voltavam-se mais para o estado de São Paulo. Para esse projeto, na esfera política, os principais aliados do governador de Mato Grosso foram o Secretário de Justiça do Estado e o Prefeito de Três Lagoas, conforme se visualiza na revista *Brasil Universitário*:

O interessante é que no caso de Três Lagoas o esforço local teve a provocá-lo a comunicação feita pelo então secretário da justiça do Estado, bacharel Francisco Leal de Queiróz, ao prefeito municipal João Dantas Filgueiras, sobre o interesse do governador em ver uma escola superior em Três Lagoas. Com efeito, depressa se fizeram as providências, cabendo à prefeitura a concessão do terreno no qual se ergueria o prédio sede do Instituto Superior de Pedagogia, como veio a chamar-se inicialmente (*Brasil Universitário*, 1978, p. 28).

Um dos componentes que dava vida aos projetos educacionais eram os acordos políticos, associados à viabilidade administrativa. Neste último quesito, um dos itens necessários para a criação de Centros Pedagógicos era a concessão do terreno onde seria construído o prédio da Instituição. Em Três Lagoas, a Prefeitura Municipal desapropriou um terreno “a justo título” e doou para o governo do Estado de Mato Grosso em 24 de agosto de 1970. Como condição da doação estava a exigência de que fosse “construído um Centro Pedagógico, não podendo o Governo do Estado de Mato Grosso permutar ou vender o imóvel ora doado”.⁵ Em fins de 1971, a construção do prédio do CPL é concluída. Até então, o CPL funcionava, no período noturno, na Escola Paroquial Bom Jesus, cujas atividades de ensino iniciaram-se em 16 de março de 1970.

Em Três Lagoas, o CPL, já incorporado à UEMT, iniciou as atividades administrativas em janeiro de 1970. Antes da criação oficial dos Centros Pedagógicos da UEMT, a nomenclatura do Instituto de Três Lagoas foi grafada de duas formas: na documentação que se refere à Lei de criação, consta Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas; na placa confeccionada para a inauguração do prédio do CPL, ocorrida em 1971, consta Instituto Superior de Pedagogia, conforme imagem abaixo:

⁵ *Escritura pública de doação que faz, de um lado, como outorgante doadora, a Prefeitura Municipal de Três Lagoas, e de outro lado, como outorgado donatário o Estado de Mato Grosso. Tabelionato Sejöpoles. Cartório do 2º Ofício. Três Lagoas. Livro nº 54, FLS. 59/61vº. Três Lagoas, 24 de agosto de 1970. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. UFMS/Três Lagoas.*



Figura 1: Placa de inauguração do CPL, localizada perto da entrada principal da Unidade I do atual CPTL/UFMS. Três Lagoas, junho de 2013.

A seguir, apresentam-se duas imagens do Centro Pedagógico de Três Lagoas, registradas no início da década de 1970:



Figura 2: Vista aérea do CPL. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica "Honório de Souza Carneiro". CPTL/UFMS.



Figura 3: Vista frontal do CPL. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. CPTL/UFMS.

Em Três Lagoas, Pe. Jair Gonçalves é referenciado como o principal agente local, articulador da escola de ensino superior. De fato, a implantação dos primeiros cursos do CPL foi uma iniciativa arrojada, pois ao mesmo tempo foram criados cinco cursos: História, Geografia, Pedagogia, Matemática e Letras. Comum à época, o diretor era o responsável pela condução da política interna do Centro Pedagógico:

Ele quem implantou a Unidade de Três Lagoas. Foi quem praticamente elaborava a política do Centro. Não tinha a estrutura administrativa que tem hoje. Quer dizer, existia o departamento, mas o departamento era de indicação do Diretor. Não era eleição, não tinha. Então os Departamentos agiam de comum acordo com a Direção. Ele foi extremamente importante para a atuação dos cursos. (ENTREVISTA Germano Molinari, 2013)⁶.

Os escritos da *Ata de instalação do C.P.L.*⁷ demonstram a escassez de componentes do quadro docente da Universidade, “face ao reduzido número de

⁶ As fontes orais produzidas para este trabalho foram gravadas em áudio digital, mediante o consentimento dos entrevistados. Para as entrevistas, foi utilizado questionário semiestruturado, construído a partir de situações ou dúvidas trazidas pela leitura da documentação escrita sobre a UEMT. Para a transcrição das gravações, a linguagem fonética oral foi adequada às normas gramaticais, e mantida a estrutura narrativa do enunciado, com o fim de facilitar a leitura dos trechos citados e preservar o estilo informal das falas registradas.

⁷ *Ata de instalação do C.P.L. Três Lagoas, 30 janeiro de 1970. CEUL - 20 ANOS. Três Lagoas: setembro*

disciplinas inicialmente ministradas em 1970”. Os professores que participaram da reunião foram: Pe. Jair Gonçalves, Plauto Coelho Criscuoli, [Dr.] Ramez Tebet, Irmã religiosa Zélia Lopes da Silva, Oliri Antônio de Oliveira, Pe. João Gomes e Armando Tamassia. O professor Oliri Antônio de Oliveira foi designado responsável pelo curso de História.

A criação do CPL é explicada pelo professor Alcides Falleiros pela capacidade de “visão da realidade” dos protagonistas locais, num momento favorável à expansão do ensino superior no Brasil, estimulado, pela expansão da rede escolar, que havia começado na década de 1960 com a Lei 4.024 de 1961 – a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Foi enxergando esta realidade [da carência de professores licenciados na região de Três Lagoas], e associando esta visão da realidade, com o espírito de aumento das faculdades de formação de professores, é que um grupo de pessoas buscou a criação de um Centro Universitário, do Centro Pedagógico de Três Lagoas. [...] De maneira que isto aqui nasceu assim, quase que de um consórcio de ideais, das pessoas que ousadamente [acreditavam] que Três Lagoas poderia ter uma escola superior, e foi assim que nasceu o Centro Pedagógico (PALESTRA Alcides José Falleiros, 1992).

Diversas dificuldades faziam parte do cotidiano dos primeiros anos do CPL. Dentre elas, Alcides Falleiros destaca a clientela diminuta, a falta de pessoal docente e de técnico administrativo, assim como a forma de captação de recursos financeiros para o custeio da Instituição, o que obrigava os Centros Pedagógicos à cobrança de mensalidades. A capacidade financeira do CPL era “garantida” parcialmente pelo Estado de Mato Grosso, o que tornava necessária a entrada de “recursos extras”, ou seja, cobrança de taxas aos alunos as quais se destinavam “à aquisição de livros e outros materiais didáticos e para a compra de materiais de expediente e outras pequenas despesas”.⁸

Na visão de Pe. Jair Gonçalves, os três-lagoenses estariam em desvantagem frente aos vizinhos do Estado mais rico da federação. De um lado do rio Paraná, olhava-se para o sertão, de outro, “confronta com o pujante Estado de São Paulo, fato que torna ainda mais aguda a necessidade de dinamização e aperfeiçoamento do Ensino da juventude, providência necessária para ajudar a mostrar que Mato Grosso é magnânimo,

de 1990. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. CPTL/UFMS.

⁸*Prova de capacidade financeira do Centro Pedagógico de Três Lagoas e demonstração de que tem condições de manter os cursos que oferece.* Três Lagoas, 1973. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. CPTL/UFMS.

e, sobretudo, capaz”.⁹ Para ativar os cursos, muitos professores do Estado de São Paulo foram convidados a fazer parte do quadro docente do CPL.

Em Três Lagoas, os primeiros alunos do Centro Pedagógico eram professores formados em Escolas Normais, ou professores leigos, sem curso superior, objeto de preocupação do Diretor:

Tendo em vista as exigências legais no que diz respeito à categorização e preparo dos professores secundários, o número de alunos que se transferem do interior para as capitais, com a finalidade de estudar, e que no final dos estudos, não mais retornam à cidade de onde saíram, provocando um grande número, digo, um grande desnivelamento cultural e de mão de obra especializada entre os grandes centros e o interior; considerando ainda que os professores que até agora lutaram com sacrifício pelo ensino em Mato Grosso, nesta região, na carência de um maior preparo que só é dado por uma escola superior, acham-se e assim são tratados em condições de inferioridade com relação com os vindos de fora; considerando ainda a localização de Três Lagoas, como centro de uma região do Estado, longe de Campo Grande, Cuiabá e Corumbá que são os centros dotados de Faculdade de Filosofia, julgamos ser necessária a instalação em Três Lagoas da referida escola, julgamos que a região comportará uma tal escola que dará oportunidade de maior preparo de nossos professores e uma grande melhoria do nível cultural da região.¹⁰

Pe. Jair Gonçalves tentou demonstrar como uma universidade iria contribuir para manter o potencial de crescimento da cidade e, em particular, para sanar o problema da mão de obra especializada para a educação. A representação do Município enquanto sertão, distante dos grandes centros do Estado, dá o tom do argumento que visa a proteger a identidade local “com relação com os vindos de fora”, no sentido de possibilitar aos *nativos* acompanharem as mudanças que envolviam a área da educação e proporcionar certo refinamento cultural. Cabe também destacar a crença em um *espírito iluminista* para o melhoramento do “nível cultural da região”, por meio do ensino universitário, que poderia se replicar aos outros níveis de ensino através de professores *formados*, na crença de que o conhecimento atinge e melhora os indivíduos em sociedade.

O primeiro trote dos calouros foi organizado pelos professores que, gentilmente, se adiantaram a fornecer um distinto diploma aos alunos:

⁹FALLEIROS, Alcides; MARIANI, Sueli. A UEMT: um audacioso sonho bem sucedido. *Revista Veredas*. Ano 1, nº 1. Centro Pedagógico de Três Lagoas. Três Lagoas/Campo Grande, 16 de março de 1973. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. UFMS/Três Lagoas.

¹⁰ *Relatório para o Processo de Autorização dos cursos do CPL*. Três Lagoas/Campo Grande, 16 de março de 1973. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. CPTL/UFMS.

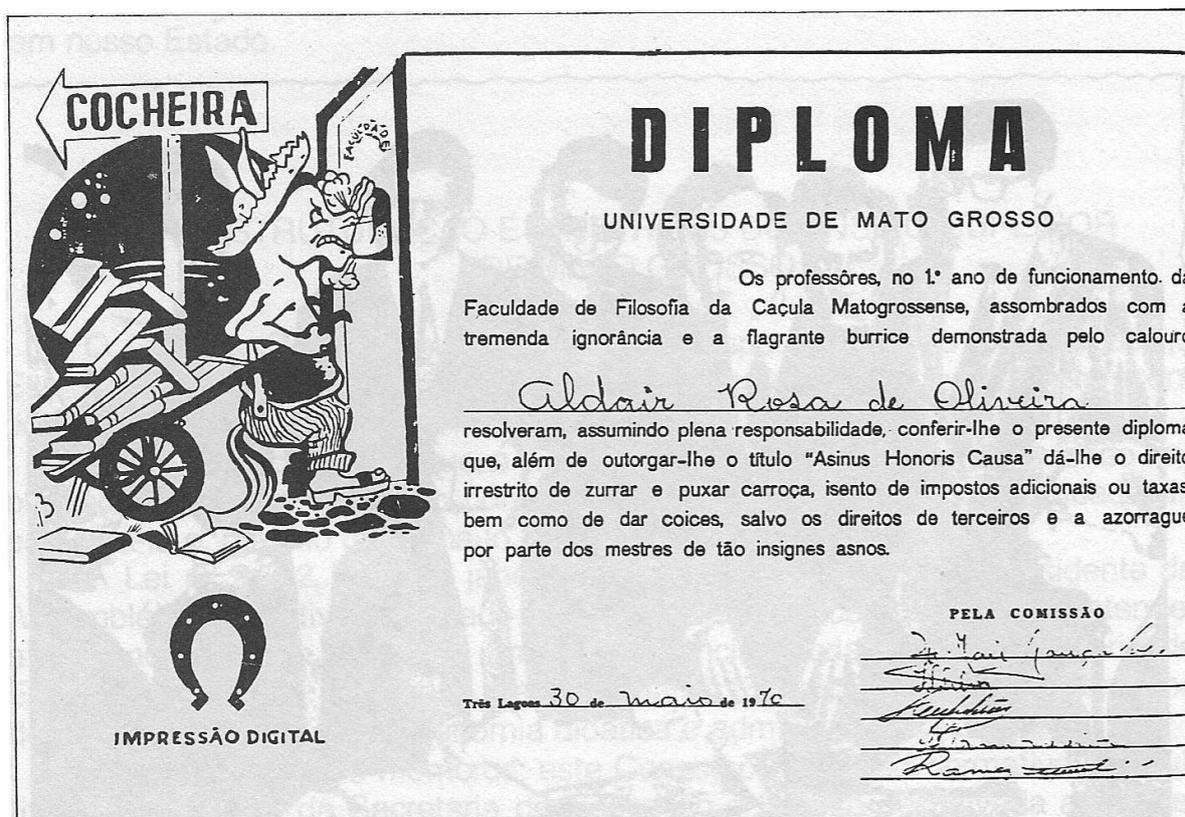


Figura 4: Diploma trote da primeira turma de alunos do CPL (MAYMONE, 1989, p. 261).

O texto/diploma constituído pela linguagem verbal e não verbal representa a ideia de ser a universidade um espaço de elevação cultural. Ao tentar causar distração, afirma a diferenciação representada pela investidura do conhecimento institucionalizado. Hoje, esse ato seria considerado constrangimento ou *bullying*. Possivelmente, muitas pessoas enxergariam nessa atitude um ato de rebaixar a autoestima do indivíduo. Naquele momento, o termo burro dificilmente teria comprometido o bom relacionamento entre professores e alunos.

Um fenômeno que contrastava com o projeto desenhado para a Universidade em Três Lagoas era o de que poucos professores do CPL interessavam-se em fixar residência na cidade, uma vez que o mercado de trabalho de São Paulo oferecia melhor remuneração do que o de Mato Grosso. Um exemplo é a trajetória do professor Germano Molinari, contratado pela UEMT a partir de 1974, e que se muda para Três Lagoas em 1979, após ser eleito diretor do Centro Universitário de Três Lagoas/CEUL: “eu vim

porque achava que era injusto você ser diretor da Unidade e estar ausente da cidade” (ENTREVISTA, Germano Molinari, 2013).

A localização geográfica de Três Lagoas teria influenciado a formulação do regime de trabalho na UEMT para o CPL. No estado de São Paulo havia oferta de professores graduados, diferentemente do que ocorria no interior mato-grossense. Portanto, contratar professores para o CPL era menos dificultoso do que arregimentar professores em outras unidades da UEMT.

No CPL, os professores recebiam por hora aula, enquanto nas demais Unidades o contrato de trabalho se fazia por 12, 22 ou 40 horas semanais. Nos contratos por carga horária semanal, incluíam-se o tempo gasto para lecionar e preparar aulas, para a participação em projetos de extensão e, em alguns casos, para a realização de pesquisas. Em Três Lagoas, o pagamento do trabalho do professor, por hora aula, dificultou o fortalecimento da Universidade.

O regime de trabalho da UEMT/UFMS não destoava da maior parte das Instituições que abrigavam os cursos de História do Brasil. No início da década de 1980, as instituições que proporcionavam melhores condições de trabalhos aos docentes eram as federais, algumas estaduais e algumas universidades confessionais. De acordo com o documento *Diagnóstico e avaliação dos cursos de História no Brasil*, publicado em meados da década de 1980 o regime de trabalho dos professores universitários era caracterizado pelo

[...] professor horista ou, quando muito, em tempo parcial. O tempo integral constitui a situação de uma minoria e bem mais raro ainda é o caso da dedicação exclusiva. A grande realidade é que o tempo integral e a dedicação exclusiva permanecem como práticas só existentes nas instituições oficiais, em proporções por vezes ótimas, outras ainda insuficiente, e em algumas universidades católicas. Claro que não se trata de uma situação especificamente dos Cursos de História, como não é também o problema da escassa titulação, mas é inegável que isso representa um problema bastante grave em termos de qualidade de ensino (BRASIL, 1986, p. 9).

A Universidade Estadual havia sido criada a partir de uma lógica geopolítica regional acerca dos problemas do estado de Mato Grosso. Contudo, para Três Lagoas, de acordo com o professor Germano Molinari (ENTREVISTA, 2013), havia poucos alunos que se deslocavam das cidades vizinhas do interior mato-grossense, como, por exemplo, de Brasilândia e de Selvíria, uma vez que as condições das estradas dificultavam o deslocamento de alunos trabalhadores. Em dias de chuvas intensas, o transito na própria

cidade de Três Lagoas, por vezes, ficava comprometido e, em tais condições climáticas desfavoráveis, as aulas do CPL chegavam a ser suspensas. Nesse contexto, a UEMT acolheu professores e alunos de São Paulo:

A demanda de pessoal de Três Lagoas, os cursos existentes aqui era muito pequeno. Porque nós tínhamos aqui acho que quatro escolas no Estado na década de [19]70. E a absorção da mão de obra [era] mínima nessas quatro escolas. A cidade era pequena. Não tinha perspectiva de crescimento a curto e médio prazo naquela época. E a oferta aqui em Três Lagoas de cursos, Pedagogia, Letras, História, Geografia e Estudos Sociais posteriormente, Matemática, Ciências posterior, atendia a região toda, do Estado de São Paulo, primeiro por ser escola pública. Era Universidade pública. Embora teve algum momento que se pagou, mas o custo era muito pequeno, era muito baixo. Então isso era um poder de atração, porque fora daqui você tinha a Faculdade de Andradina que era paga, Araçatuba era paga, ou Jales que era paga. Então, acabou o Centro tendo uma força de atração do pessoal de São Paulo que disputando os vestibulares disputavam em grau de superioridade (ENTREVISTA Germano Molinari, 2013).

Com a implantação da Universidade em Três Lagoas, o CPL atuou como concorrente de faculdades particulares em cidades paulistas como Jales, Santa Fé do Sul e Araçatuba. Com a federalização da Universidade, o ambiente docente ensaiava mudanças e supera as características da improvisação do ensino paralelamente à qualificação do seu professorado. No entanto, existem casos de professores dos cursos de História que pouco investiram nos estudos de pós-graduação, mesmo com a possibilidade de afastamento remunerado ou bolsas de estudo.

Após os primeiros anos de experiência da Universidade em Três Lagoas, a situação da administração do CPL é alterada, movida por denúncias de desvios de recursos que pesaram sobre o Diretor. Segundo o professor Germano Molinari, os motivos reais das denúncias foram de ordem política para substituir a direção. Nessa situação, Pe. Jair Gonçalves teria se desgastado politicamente e solicitado afastamento do cargo de diretor. Logo em seguida, Pe. Jair teria sido transferido da cidade pela ordem religiosa da qual fazia parte. O resultado dessas denúncias ocasionou a interferência da Reitoria na direção do CPL, algo parecido com o que aconteceu no Centro Pedagógico de Dourados:

Padre Jair foi durante muito tempo referência em Três Lagoas. Depois, é claro, ele foi se desgastando pelo próprio tempo. Ele ficou de [19]70 quando foi criada a Unidade daqui, até 1976. (...) Nós tivemos um período aí sim de intervenção da Universidade aqui. Um período entre o padre Jair e a Lucrecia, algumas denúncias não aprofundadas sobre o padre Jair e aí veio o Reitor à época e designou o professor Hércules Maymone para ser interventor aqui para apaziguar a Unidade para poder

eleger o diretor. (...) O Maymone foi entre o padre Jair e a Lucrecia, Lucrecia Stringhetta Mello. Hoje ela está na ativa ainda, fez o segundo concurso na Universidade (ENTREVISTA, Germano Molinari, 2013).

Cerca de dois anos após a saída de Pe. Jair Gonçalves da direção do CPL se inicia o processo de federalização da Universidade. Com a efetivação da federalização, professores e funcionários da Instituição foram incorporados ao serviço público federal, tornando-se efetivados, e os contratos de trabalho tiveram de seguir a legislação referente aos servidores das Fundações Públicas Federais. A modalidade de contratação dos professores continua a ser realizada por meio das normas da CLT até a promulgação da Lei 8.112 de 1990.

A situação do regime de trabalho continuou a incomodar os professores ao menos até meados da década de 1980, pois muitos docentes continuaram com um contrato de trabalho de 20 horas e os que possuíam contrato de 40 horas semanais se sobrecarregavam de disciplinas, e o Plano de Capacitação Docente era considerado insatisfatório por alguns professores.¹¹ A partir de 1986, o regime de trabalho de dedicação exclusiva começa a ser paulatinamente implantada na UFMS.

TITUBEAÇÕES DO CAMPO HISTÓRICO EM TRÊS LAGOAS

Autorizado a funcionar em 1970, o curso de História do CPL foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 76.375/75. O primeiro vestibular do CPL oferecia 40 vagas para os cursos existentes, mas algumas disciplinas oferecidas no curso de História comportaram até 50 alunos.

Os diários de classe das primeiras turmas de História demonstram a improvisação inicial de um curso de nível superior, com disciplinas de formação geral a fim de suprir as exigências de um currículo mínimo para o ensino superior. Chama atenção a quantidade de disciplinas “introdutórias” nos diários de classe do curso de História do ano de 1970, sendo elas: Introdução à Psicologia, Introdução aos Estudos da História, Introdução aos Estudos Superiores de Língua Portuguesa e Introdução às Ciências Sociais¹². O oferecimento de disciplinas “introdutórias” foi estratégia utilizada nos cursos de História do

11 *Encontro de professores dos cursos de licenciaturas e de disciplinas comuns aos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Relatório Geral. Campo Grande: UFMS, 1985, p. 94-95.

12 Diários de classe do curso de História do CPL do ano de 1970. UFMS. Depósito [Arquivo] do CPTL/UFMS.

interior mato-grossense para se dar início às atividades e, posteriormente, contratar-se professores de áreas “específicas”. Havia também a disciplina obrigatória Estudos de Problemas Brasileiros para todos os cursos de ensino superior durante o governo militar. Nos anos seguintes, foram oferecidas as disciplinas do “núcleo duro” do curso de História – ao menos naquele momento –, isto é: História do Brasil, História da América, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea.

Os professores das disciplinas de História em 1970 foram Oliri Antonio de Oliveira e Maria Aparecida G. Falleiros. O professor Oliri provavelmente tinha maior liberdade para escolher disciplinas, já que foi o primeiro professor formado em História a chegar no CPL e responsável pelo Curso desde a criação do Centro Pedagógico.

A evasão dos alunos do curso de História era grande, já em 1971 – da primeira turma, iniciada em 1970, concluíram a graduação cerca de metade dos ingressos. Em 1972, foi aberta uma única turma de História no período diurno com 9 alunos matriculados, e, desses, 6 chegaram ao oitavo e último semestre. No departamento de História, estavam lotados os professores Oliri Antonio de Oliveira, Maria Aparecida G. Falleiros, Francisco Rufino Pereira e Luiz Gonzaga de Andrade.¹³

Em Três Lagoas, as apreciações sobre o rendimento acadêmico dos alunos variam ao longo do tempo. Nas entrevistas com professores do CPL/CEUL, problemas de aprendizagem e situação de baixa procura para o curso de História são deixados de lado em favor das boas lembranças sobre o ambiente social da Universidade.

No *Relatório de 1973 do Departamento de História do Centro Pedagógico de Três Lagoas*, o chefe do Departamento, professor Oliri de Oliveira, registou o clima de cordialidade entre os componentes do curso de História:

[...] houve bastante diálogo entre os mestres e os alunos, daí o bom rendimento do Departamento de História, mesmo porque houve um perfeito entrosamento entre os professores e o encarregado do Departamento de História, que por meio deste relatório, deixa o seu muito obrigado aos dedicados mestres.¹⁴

Sobre o grande percentual de desistência dos alunos do curso de História no CPL até o ano de 1977, data de início do funcionamento do curso de Estudos Sociais, não

13A História conta sua história: 36 anos. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. CPTL/UFMS.

14 *Relatório de 1973 do Departamento de História do Centro Pedagógico de Três Lagoas*. Três Lagoas, 21 de dezembro de 1973. Depósito [arquivo] do CPTL/UFMS.

foram encontrados comentários dos professores. O nível de rendimento dos alunos em geral era avaliado como sendo “Bom”. Encontrou-se um relato da professora Miyuki Okuda, manuscrito provavelmente de meados da década de 1970, sobre sua percepção quanto aos alunos: “alunos de nível muito baixo, classe muito heterogênea, o que prejudicou o desenvolvimento do programa. (...) Aproveitamento regular, apenas alguns alunos conseguiram fechar, quase todos fizeram as provas finais e houve uma reprovação”.¹⁵ As avaliações céticas ou pessimistas com relação aos alunos são encontradas, apesar de fragmentadas, na documentação escrita. Nas entrevistas, essas avaliações são mais policiadas.

Uma reclamação comum dos professores do CPL se referia à exiguidade da bibliografia da área de História e áreas afins. Como estratégia para contornar esses e outros problemas, o CPL lançava mão de convites a professores da própria cidade e do estado de São Paulo para efetuarem palestras.

O curso de História de Três Lagoas, em comparação aos cursos dos Centros Pedagógicos de Aquidauana, Dourados e Corumbá, foi o que mais titubeou para deslançar projetos de pesquisa histórica, devido à falta de apoio institucional necessário à verticalização da formação dos professores. No CPL, dois professores adentraram no curso de História em meados da década de 1970 com os créditos do curso de mestrado já concluídos, logo em seguida desistiram do Curso. Esses professores retornaram à pós-graduação, no final da década de 1980, com temas de pesquisa diferentes.

No CPL, devido ao regime de trabalho adotado, não se exigia de seus professores atividades de extensão, uma vez que eles recebiam por hora aula. Essa situação se modifica com a federalização da Universidade e com o realinhamento do regime de trabalho. A partir desse momento, os professores de História tiveram a oportunidade de expandir suas atividades que estavam, em geral, concentradas no eixo do ensino. O professor Germano Molinari, ao descrever a situação de transição do CPL para o CEUL, destaca que as mudanças interferiram até mesmo no perfil dos professores:

E aí começam as atividades, Semana de Educação, História, Letras, Matemática, enfim. O que define a carreira acadêmica, melhora o perfil salarial, e aí começa a definir o professor universitário. Antes nós não éramos. Na década de [19]70 você não podia dizer que era professor universitário. Era professor da Universidade. Não tinha vínculo. Aí com a federalização não, quando começa o Plano Único de Cargos e

¹⁵Depósito [arquivo] do CPTL/UFMS.

Carreiras e Remuneração, que era o PUCRR, aí se define, agora é professor, agora tem uma carreira universitária (ENTREVISTA Germano Molinari, 2013).

Durante o período da UEMT, a pesquisa histórica em Três Lagoas mostra-se muito tímida, e professores com mestrado em História far-se-ão presentes no CEUL em meados da década de 1980. A localização geográfica de Três Lagoas foi argumentada no intuito de não se investir na capacitação docente dos professores do CPL, uma vez que havia o temor de os professores deixarem a Instituição após a verticalização da titulação e migrarem para as universidades paulistas. Desse modo, o CPL, apesar de fazer divisa com o estado de São Paulo, foi o Centro Pedagógico que menos favoreceu o desenvolvimento da pesquisa, limitando, assim, o espaço do campo histórico.

Nesse contexto, o ambiente de socialização entre os professores, importante para estimular projetos de dinamização do campo histórico e do campo institucional, ficou comprometido. Com a contratação de professores “aulistas”, durante a década de 1970, as atividades de extensão e pesquisa foram tímidas ou mesmo inexistente. No caso dos professores de História do CPL, nenhum deles recebeu apoio da Instituição para ingressar ou concluir cursos de mestrado. Essa situação se altera com a federalização da Universidade que dota os Centros Universitários de administração isonômica e, a partir da década de 1980, a pesquisa histórica em Três Lagoas foi impulsionada.

Há que sublinhar que, em meados da década de 1970, os cursos de História e Geografia recebiam poucas inscrições nos vestibulares. Por isso, tais cursos foram ameaçados de serem fechados; não como resultado de uma imposição arbitrária do Governo Federal ou da Reitoria da UEMT¹⁶. Obviamente, existia uma pressão tangenciada pelo mercado de trabalho, normatizado pelo Governo Federal e pelas Secretarias de Educação dos Estados de São Paulo e de Mato Grosso.

Para fazer frente aos problemas relativos a pouca procura da clientela, os vestibulares para Geografia e História foram suspensos e foi criado o curso de Estudos Sociais, decisão interna do Centro Pedagógico. A procura dos cursos de Geografia e História diminuiu sensivelmente após os primeiros anos de funcionamento do CPL, resultado também da concorrência realizada pelos cursos de licenciatura curta abertos em

¹⁶No CPL, o curso que passou por ingerência das políticas do governo militar, normatizada pelo *Conselho Federal de Educação*, foi o curso de Matemática. Esse curso foi transformado em Licenciatura em Ciências, com habilitação para licenciatura de 1º Grau, curta duração e “duração plena com habilitação em Matemática”. Parecer nº 95A/77. Cuiabá, 10 de novembro de 1977. Depósito [arquivo] do CPTL/UFMS.

faculdades da região oeste paulista, que atraíam mais candidatos do que os cursos de licenciatura plena, ao oferecerem uma formação “aligeirada”.

Em 1976, o curso de Estudos Sociais foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 04/76 e 10/76, oferecendo 40 vagas anuais¹⁷. Foram encontrados documentos de 1977 a 1980 relativos aos cursos de Complementação em Estudos Sociais para graduados em História e Geografia, ministrados em Três Lagoas, período em que vigorou o curso de Estudos Sociais, licenciatura curta. Segundo o professor Germano Molinari (ENTREVISTA, 2013), foram formadas apenas três turmas de Estudos Sociais e oferecidas turmas de complementação em Estudos Sociais, licenciatura curta, para graduados em História e Geografia.

O primeiro vestibular do curso de Estudos Sociais ocorreu em fevereiro de 1977 e, em maio de 1978, o curso foi reconhecido. Com relação à criação desse Curso, o professor Germano Molinari argumenta que foi uma estratégia para manter o curso de História:

À época, quem não tinha Estudos Sociais não poderia pegar aulas. Eu particularmente tive que fazer o curso de Estudos Sociais, fiz em Jales, e curiosamente, um lance muito curioso, quando fui fazer o curso de Estudos Sociais foi meu professor o professor Nazareth [dos Reis] (...). O Estudos Sociais foi uma imposição para a própria sobrevivência do curso [de História]. Porque ou era Estudos Sociais ou fecharia o curso. Houve uma decisão de deixar o curso funcionando com os Estudos Sociais. Foi um pouco de tempo. Não me recordo, mas foi aí entre 77, 78, 79. Não ultrapassou 80. Depois houve o processo de recuperarmos o curso de História e o curso de Geografia, e os dois hoje têm vida independente (ENTREVISTA Germano Molinari, 2010).

Germano Molinari, professor do curso de História do CPL, obrigou-se a fazer o curso de complementação em Estudos Sociais em uma faculdade do interior de São Paulo para poder lecionar no referido Estado. No contexto pós LDB/5692, as exigências da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, com relação à contratação de docentes para a rede pública escolar, tornou obrigatória que as vagas fossem preenchidas por professores formados na área estabelecida pela legislação. Vários professores de História, com licenciatura plena, retornaram a instituições de ensino superior para os cursos de complementação em Estudos Sociais, licenciatura curta, a fim de disputarem vagas para lecionar no primeiro grau, nível de ensino que agregava a

¹⁷Reconhecimento do Curso de Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais. MEC/CFE. 1978. Documento pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. CPTL/UFMS.

maior parte dos professores no Brasil. Essa pressão da escola atingiu a Universidade, e o CPL/CEUL ofereceu o curso de Complementação em Estudos Sociais para formados em História e Geografia. Para os graduados em Estudos Sociais, licenciatura curta, o CEUL ofereceu cursos de complementação em Geografia e História, licenciatura plena. (ENTREVISTA Germano Molinari, 2013)

Segundo o professor Germano Molinari, as exigências para contratação de professores no estado de São Paulo pesaram no momento de se elaborarem estratégias para atrair alunos e proteger o campo histórico:

[...] a não oferta de Estudos Sociais fazia que nós tivéssemos vestibular quase sem candidatos. Porque, aí começaram a abrir Estudos Sociais nas Faculdades particulares aqui. Jales, Santa Fé do Sul, Araçatuba. E aí se fez, também se abriu o curso de Estudos Sociais com habilitação em História e Geografia exatamente porque nós já tínhamos esses cursos já consolidados. Então, aí se fez Estudos Sociais com habilitação em História ou com habilitação em Geografia. (ENTREVISTA Germano Molinari, 2013).

A situação do curso de História do CPL demonstra a dependência para a manutenção do campo histórico com relação ao mercado de trabalho. Em universidades periféricas, como a UEMT/UFMS, raro seriam as pessoas que se dirigiam aos cursos de História com a intenção primeira de garantir uma maior “consciência histórica”: “Na verdade não havia aluno, pela análise, não havia candidatos pela História e Geografia sem ser Estudos Sociais (ENTREVISTA Germano Molinari, 2013).

A carga horária estipulada para o curso de Estudos Sociais foi a máxima que a legislação permitia, fato que foi elogiado pela equipe de reconhecimento do curso. A legislação possibilitava uma menor carga horária para cursos de licenciatura curta parcelada, conforme o texto do *Reconhecimento do Curso de Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais* do CPL, ao mencionar duas legislações que estabeleciam a carga horária mínima para os cursos de licenciatura curta. A primeira legislação é a Portaria “nº 116/66 do MEC que estabelece o mínimo de 2.025 horas, sendo integralizado em 5 semestres”. A segunda normativa refere-se :

[...] ao mínimo de 1.200 horas preconizadas pela Resolução C.F.E. 1/72 carga horária essa que embora legalmente instituída é, segundo nossa opinião, notoriamente insuficiente para preparar professores de 1º grau, sendo admitidos apenas para regiões carentes do país, sob forma de licenciatura curta parcelada, oferecidas em caráter emergencial em períodos de férias.¹⁸

Assim como os demais Centros Pedagógicos da UEMT, o CPL ofereceu cursos de licenciaturas curtas parceladas, durante a década de 1970, em cidades próximas a sede do Centro Pedagógico de Três Lagoas. O curso de Estudos Sociais, licenciatura curta parcelada, era constituído por professores dos Departamentos de Educação, Geografia e História, e foi oferecido antes mesmo da criação do curso de Estudos Sociais na sede do CPL.

Apesar de o campo histórico ter oscilado em Três Lagoas, a rotina administrativa do curso de História manteve-se estável. Por esse motivo, durante a fase de federalização da Universidade, o CEUL foi designado pela Reitoria para coordenar a “Comissão de Regularização e solução dos fatos pertinentes ao Curso de Estudos Sociais – História e Geografia –, ministrados pelo Centro Universitário de Aquidauana”, por meio das portarias 001-A/79 e 064-A/80 do Reitor da UFMS, para validar os diplomas dos alunos do Centro Universitário de Aquidauana, cuja documentação dos cursos de Estudos Sociais, História e Geografia estavam irregulares. Naquele momento, o professor Germano Molinari Filho, então diretor do CEUL, era da base política do primeiro Reitor da UFMS, Edgard Zardo, que apoiou e nomeou o professor Germano para o cargo de Diretor do CEUL. Trabalharam nesse processo, além do Diretor, a professora de História Stella Maris Floresani Jorge, a secretária do CEUL, e um responsável da área de Geografia¹⁹.

Uma portaria definiu ainda que os currículos de História e Geografia do CEUA deveriam ser os mesmos do CEUL e que os alunos matriculados nesses cursos do CEUA, “serão considerados alunos daquele Centro”; por consequência, os diplomas dos alunos que adentraram ao CPA/CEUA nessa situação foram emitidos pelo CEUL.²⁰ Coube ao CEUL realizar a “revalidação dos créditos e a convalidação de estudos realizados pelos acadêmicos que tiveram seus processos analisados pelo CEUL” durante o período em que os alunos fizeram as complementações sem o reconhecimento do CFE²¹.

O curso de História de Três Lagoas, até a década de 1980, pouco exhibe problemas ou conflitos internos. As atividades dos professores de História restringem-se

pertencente à Coleção Memória Universitária. Seção Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”. CPTL/UFMS.

19Portaria nº 001-A/79. Campo Grande, 20 de dezembro de 1979. Depósito [arquivo] do CPTL/UFMS.

20Portaria nº 185/79. Campo Grande, 19 de novembro de 1979. Arquivo do Campus Universitário de Três Lagoas/UFMS.

21Portaria nº 064-A/80. Campo Grande, 20 de agosto de 1980. Arquivo do Campus Universitário de Três Lagoas/UFMS.

em grande parte aos trabalhos voltados ao ensino e em atendimento à burocracia do Curso. A partir de meados da década de 1980, até a de 1990, o curso de História do CEUL se fortalece com a chegada de professores com título de mestrado ou de doutorado. Com isso houve disputas de poder dentro do campo histórico em Três Lagoas. Esse período pode ser chamado de “era de ouro” do curso de História. No início da década de 1980, tendo à frente da direção do CEUL o professor Germano Molinari, o campo histórico teve parte de suas reivindicações respaldadas e deu o primeiro salto para sua ampliação com a criação do Núcleo de Documentação Histórica. Antes de iniciar-se o processo de implantação do Núcleo, houve tentativa de se criar um museu, o que minguou por falta de apoio político:

Teve a ideia do museu. (...) Só que daí, nós não tivemos o trâmite político. Não tivemos apoio da prefeitura, não tinha lugar. (...) Ninguém queria dar espaço para o Centro de Documentação. (...) Quando o Germano entrou na direção, aí a gente conseguiu bastante coisa porque ele era da nossa área. (...) Ele nos dava espaço, toda vez que nós tínhamos as Semanas de História, nós fizemos várias Semanas de História, com briga de recursos, ele me ajudava muito (ENTREVISTA Stella Maris Floresani Jorge, 2013).

A criação de Centros ou Núcleos de Documentação é representativa do espaço que o campo histórico ocupa na Instituição, construído mediante a iniciativa de professores e o reconhecimento político de sua necessidade. Eles constituem, talvez, devido à ausência de políticas de preservação de arquivos pelo poder público do estado de Mato Grosso do Sul, o mais importante laboratório para o profissional da História, pois se revela, enquanto local de pesquisa histórica, por meio da preservação da memória.

Na década de 1990, muitos professores da UFMS de Três Lagoas se aposentam – resultado de mudanças previdenciárias sobre as regras da aposentadoria e de políticas neoliberais que ocasionaram pedidos de demissão em massa de professores – e o curso de História passa a enfrentar muitas dificuldades para a manutenção das atividades de ensino. Segundo o professor Germano Molinari (ENTREVISTA, 2013), em Três Lagoas, o curso de História teve seu corpo docente esvaziado, passando a funcionar, durante muitos anos, com a maior parte de professores atuando por meio de contratos temporários.

Registre-se, contudo, que antes do esvaziamento do referido corpo docente, foram oferecidos cursos de especialização em História, cuja história está por ser mais bem investigada.

REFERÊNCIAS

Brasil Universitário. A Universidade Estadual de Mato Grosso e o desenvolvimento. São Paulo, ano 35, n. 97, 1978.

BRASIL. *Diagnóstico e avaliação dos cursos de História no Brasil*. Brasília: Imprensa Universitária. Maio de 1986.

DORIELO, Benedito Pedro. *Ensino superior em Mato Grosso: até a implantação da UFMT*. Campinas: KOMEDI, 2005.

ENTREVISTA Alcides José Falleiros (áudio digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Três Lagoas, MS. 30 de outubro de 2013. 1h 16min.

ENTREVISTA Germano Molinari Filho (áudio digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Três Lagoas, MS. 25 de novembro de 2013. 2h.

ENTREVISTA Germano Molinari Filho (áudio e vídeo digital). Produção: Vitor Wagner Neto de Oliveira. Cidade: Três Lagoas, MS. 04 de julho de 2010. 18min.

ENTREVISTA Stella Maris Floresani Jorge (áudio e vídeo digital). Produção: Vitor Wagner Neto de Oliveira. Cidade: Três Lagoas, MS. 27 de agosto de 2010. 11 min.

MATO GROSSO (ESTADO). Álbum especial do Govêrno de Pedro Pedrossian. *Mato Grosso, um salto no tempo*. Brasília: C. R. Editôra LTDA, 1971.

MAYMONE, Hércules. *Da Farmácia e Odontologia à Universidade: memórias*. Campo Grande: Ed. UFMS/Núcleo de Imprensa Universitária, 1989.

PALESTRA FALLEIROS, Alcides José (áudio e vídeo digital). Produção: Vitor Wagner Neto de Oliveira. Cidade: Três Lagoas, MS. 1992 [digitalizado em 03 de junho de 2008]. 40 min.

ROSA, João Pereira da. *As duas histórias da Universidade: 1966-1978*. Campo Grande: UFMS, 1993.

STEIN, Nedina Roseli M. *Universidade e política: o caso da Universidade Estadual de Mato Grosso (1962-1979)*. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo.